



A construção da comunicação na história dos movimentos ambientalistas mineiros com análise em Sites Oficiais¹

Juniele Rabêlo de ALMEIDA²

Sônia A. Martins LAZZARINI³

Ana Paula Campos SIMÕES⁴

Isabella A. de Miranda ROCHA⁵

Leonardo Augusto MARTINS⁶

Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte, MG

RESUMO

Este artigo relaciona comunicação, memória coletiva e cultura política por meio da análise do processo de construção de narrativas canônicas sobre a história dos movimentos ambientalistas. Foi analisado nos sites oficiais dos grupos, as narrativas engendradas a partir do repertório da ação coletiva de três importantes frentes de mobilização de Minas Gerais: 1) Centro Brasileiro para Conservação da Natureza e Desenvolvimento Sustentável – CBCN, fundado em 1967 na Zona da Mata; 2) Associação Mineira de Defesa do Ambiente – AMDA, fundada em 1978 na capital mineira; 3) Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA-NM, fundado em 1989 no Norte de Minas. Problematizam-se os possíveis caminhos teórico-metodológicos resultantes da interface: comunicação, memória e cultura política.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação; memória coletiva; cultura política; narrativas canônicas; movimentos ambientalistas.

A MOBILIZAÇÃO AMBIENTAL: QUESTÕES HISTORIOGRÁFICAS

Os movimentos ambientalistas reivindicam o respeito aos sistemas vivos e resistência à destruição da vida como fundamento para a construção e legitimação de um sistema de valores sócio-político (DELÉAGE, 1993). De acordo com Viola (1987) é possível diferenciar três períodos na história dos movimentos ambientalistas no Brasil:

¹ Trabalho apresentado no IJ 07 – Intercom Júnior Comunicação, Espaço e Cidadania - XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de julho de 2013 – Bauru – SP.

² Orientadora do trabalho. Doutora em História, professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense. Email: junielerabelo@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Mestre em Administração de Marketing, professora adjunta do Centro Universitário Newton do Curso de Publicidade e Propaganda, Jornalismo e Relações Públicas. Email: martinslazzarini@gmail.com.

⁴ Estudante de Graduação do 8º semestre do Curso de Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Newton Paiva, email: anacampossimoes@gmail.com.

⁵ Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Jornalismo do Centro Universitário Newton Paiva, email: isaamrocha@hotmail.com.

⁶ Estudante de Graduação do 8º. semestre do Curso de Jornalismo do Centro Universitário Newton Paiva, email: leonardo.augusto83@yahoo.com.br.



Uma primeira: de 1974 até 1981, caracterizada pela existência de dois movimentos paralelos auto-identificados como apolíticos: os movimentos de denúncia da degradação ambiental nas cidades e nas comunidades alternativas rurais. Uma segunda fase que chamamos de transição, desde 1982 até 1985, caracterizada pela confluência parcial e politização explícita progressiva dos dois movimentos assinalados, além de uma grande expansão quantitativa e qualitativa de ambos. Uma terceira fase, que chamamos de opção ecológica, começa em 1986, quando a grande maioria do movimento ecológico se auto-identifica como político e decide participar ativamente na arena parlamentar. (VIOLA, 1987, p. 8)

Em meados da década de 1970, o ambientalismo ganhou maior importância na sociedade brasileira: a partir de processos externos (Conferência de Estocolmo, em 1972) e internos (superação do mito desenvolvimentista; aumento da devastação amazônica; novos debates sobre a qualidade de vida). Ainda na década de 1970, a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN iniciou um programa de financiamento de agências ambientais com o apoio da União Mundial para a Conservação – IUCN e do Fundo Mundial para Natureza – WWF. Em 1973 foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, ligada ao Ministério do Interior, no intuito de empreender estratégias para conservação do meio ambiente e o uso consciente dos recursos naturais. Na mesma época foram fundadas agências ambientais para controle da poluição: Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental – CETESB/SP e a Fundação de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA/RJ.

No início da década de 1980, a crise do modelo de desenvolvimento acelerou as discussões sobre devastação ambiental: “o fato de o Brasil ser um país continental com vastas áreas populacionalmente vazias criou um sentido de impunidade desenvolvimentista” (VIOLA, 1987, p. 10). A escolha de parcela dos ambientalistas pelo campo político institucional e a busca das ONGs ambientalistas em se aproximar das ONGs sociais – geraram transformações importantes para os movimentos ambientalistas (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005).

Entre o final da década de 1980 e início da década de 1990, verifica-se o aumento significativo de novas entidades ambientalistas. Segundo Crespo (1997), o primeiro Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas no Brasil produzido entre 1991 e 1993 relacionou 1.533 entidades e o mesmo cadastro nacional produzido em 1996 por três instituições (Mater Natura/ISER/WWF) revelou a existência de 985 entidades que se



reconheciam ambientalistas ou fazendo um trabalho sistemático nesse campo, das quais 725 eram ONGs.

A maior parte das ONGs ambientalistas atua localmente, são amadoras, não tem sede, nem staff remunerado, e opera orçamentos inferiores a 50.000,00 dólares. Deste total 78% realizam projetos destinados a comunidades locais e 80% privilegiam o público escolar e a educação ambiental na comunidade. A maioria delas se situa na região sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) com aproximadamente 48% do total. (CRESPO, 1997, p. 293)

O ano de 1986 foi marcado por uma opção ecopolítica frente às ações ambientalistas na perspectiva de intervenção no processo da Assembleia Nacional Constituinte então reunida. Destaca-se o papel da capital mineira:

Em maio de 1986, em Belo Horizonte, realizou-se o 1º Encontro Nacional de Entidades Ecologistas Autônomas, com a participação de mais de uma centena de associações, a grande maioria delas dos Estados do Sul-Sudeste, mas incluindo pela primeira vez no debate nacional de ecologistas urbanos algumas associações do Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Os debates duraram quatro dias, organizados em várias áreas temáticas: ecodesenvolvimento, educação ambiental, reforma agrária ecológica, comunicações alternativas e relações internacionais e meio ambiente. Reafirmou-se uma vez mais o consenso em relação à importância de uma participação incisiva na Constituinte. (VIOLA, 1987, p. 17)

FARIA (2000) afirma que os estudos de Viola (1987, 1992, 1994, 1996) sobre o “ambientalismo multissetorial” destacam, acertadamente, o jogo político ambientalista que indica a força de ação das posições verdes. Os movimentos ambientalistas brasileiros se fortaleceram com a Rio-92. As mobilizações passaram a ser norteadas por discussões sobre desenvolvimento sustentável: relação entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental. A comunidade científica colaborou com a construção e consolidação dos principais movimentos ambientalistas do país.

Durante a Rio-92, 170 países comprometeram-se a implantar da “Agenda 21 Global” para o desenvolvimento sustentável mundial. Os temas fundamentais da “Agenda 21 Global” estão tratados em 40 capítulos organizados em um preâmbulo – analisados no relatório “Rio 92 – Cinco anos depois” - IEA/ CNPq (CORDANI; MARCOVITCH; SALATI, 1997). Após a Rio-92, foi realizado, em março de 1997, o Rio+5: um fórum de discussão das Nações Unidas com o objetivo de revisar a implementação da “Agenda 21 Global”, aprovada cinco anos antes. Em setembro de 2002, ocorreu um novo fórum de discussão das Nações Unidas (Rio+10) realizado em Johannesburgo, África do Sul,



que teve como objetivo principal discutir soluções já propostas na Agenda 21, para que pudesse ser aplicada de forma coerente não só pelo governo, e sim pelos cidadãos realizando “Agendas 21 Locais” (implementação do que foi discutido em 1992).

Em 2002 foi concluído, a partir das diretrizes da “Agenda 21 Global”, o documento intitulado “Agenda 21 Brasileira” que apresentou um processo e instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável. A “Agenda 21 Brasileira” tem como eixo central a sustentabilidade, buscando compatibilizar a conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico. Ela parte de seis eixos temáticos: 1) Gestão dos Recursos Naturais; 2) Agricultura Sustentável; 3) Cidades Sustentáveis; 4) Infraestrutura e Integração Regional; 5) Redução das Desigualdades Sociais; 6) Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável.

Assim, a “Agenda 21 Brasileira” aqueceu as propostas e práticas dos movimentos ambientalistas brasileiros. Portanto, a partir deste breve histórico, identifica-se desde o final da década de 1960 alterações substanciais na constituição e objetivos dos movimentos ambientalistas. Questões locais tornam-se cada vez mais ligadas ao agendamento global de desenvolvimento sustentável.

Opta-se, para a formulação do objeto empírico dessa pesquisa, por movimentos locais (narrativas engendradas a partir do repertório da ação coletiva de três importantes frentes de mobilização de Minas Gerais: CBCN, 1967; AMDA, 1978; CAA-NM, 1989) por fornecerem indícios de construções discursivas que, mesmo espelhada em fenômenos de ordem global, representam aspectos típicos da cultura local, assim como das demandas regionais.

Memória coletiva e cultura política: construção de narrativas canônicas

Busca-se observar as narrativas canônicas a partir do cotejamento de narrativas virtuais e narrativas normativas/cadastrais. Para problematizar o processo de construção de narrativas canônicas é preciso perscrutar as matrizes discursivas: socioambientalista, conservacionista e contracultural. Dessa forma, no mundo canônico da cultura as narrativas reiteram valores e princípios que fazem parte da cotidianidade – dessa forma, os processos sociais da comunicação põem em relevo a experiência humana. Para Ricoeur (1994) a narrativa, quando compreendida, contribui para reconfigurar o



entendimento da ação humana; enxerta novos elementos temporais às configurações da ação: a narrativa ensina a “dialética do vir a ser, do ter sido, e do se fazer presente” (RICOEUR, 1994, p. 61).

Observam-se interações diárias que se configuram (e resultam) em processos comunicacionais que perscrutam a relação “memória coletiva / cultura política”. Pollak (1989), partindo dos princípios inaugurados por Halbwachs, destaca o conflito inerente às memórias coletivas. Para o autor, selecionar o que lembrar e o que esquecer revela confrontos: a construção da memória ocorre a partir das preocupações do presente. Governos e instituições, muitas vezes, enquadram memórias, forjando pertencimentos para manter a coesão interna e defender os seus interesses. Nesse sentido, as narrativas comunicacionais indicam construções e ressignificações das memórias, por meio de elaborações que incorreram em diferentes referenciais de pertencimento.

A comunicação se revela como agente ativo no processo histórico: deixa vestígios, marcas e produtos (conteúdos). É, portanto, elemento potencial para memória coletiva. Lugares de memória nascem da consciência de que não há memória espontânea (NORA, 1993).

A comunicação amplia os lugares de memória e constitui-se, ela mesma, em um deles na contemporaneidade. Possui relevância ao expressar o jogo “lembança/esquecimento”: a memória coletiva é formada e reproduzida dentro de processos comunicativos e de interação diária. Tais memórias podem, ou não, gerar narrativas (canônicas ou historiográficas). A comunicação potencializa a construção da memória política. Assim, a memória política revela interfaces comunicativas; a mediatização das relações sociais expressa novos lugares de memória.

Construções narrativas indicam elementos da memória política. Como suporte das narrativas historiográficas, as memórias são projetadas na imaginação coletiva e materializadas na representação verbal. A memória referencia a constituição de identidades coletivas. Para Pollak (1992) a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. A memória coletiva indica: o lugar, o tempo e a percepção de coerência dos elementos que formam o indivíduo.



A memória política mobiliza operações sociocomunicacionais que destacam diferenças e reciprocidades com vistas a um projeto ou destino específico: culturas políticas. De acordo com Motta (2009, p.21) uma definição para cultura política poderia ser: “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”. Nesse trabalho, procura-se observar uma cultura política ambientalista:

Enfatiza-se a dimensão cultural do ambientalismo - disseminação de valores e formas de pensar -, o que é, sem dúvida, uma dimensão importante da realidade social. É patente a generalização do “discurso verde”, expresso em uma linguagem pública compartilhada por todos os agentes. Entretanto, a adesão a valores ambientalistas não se exprime automaticamente em práticas. A própria difusão do discurso sustentabilista se deve menos ao proselitismo de atores ambientalizados que à existência de constrangimentos políticos e morais que impedem o reconhecimento de posições ambientalmente incorretas e sua validação. (COSTA; ALONSO; TOMIOKA, 2000, 157).

As representações e práticas políticas ambientalistas são definidas por crenças e mitos projetados na longa duração (NASH, 1989). Aspectos de uma possível cultura política ambientalista são externados em narrativas: de proteção ambiental e conservação de recursos; de redistribuição de recursos e mudança das regras de acessos a eles; contra a imposição da depredação e/ou a divisão de cotas de depredação; contra a diminuição das iniciativas de preservação.

Em contato com as demais culturas políticas, a cultura política ambientalista disputa espaço na esfera pública. Não obstante, ela sofre influência direta do processo de construção de uma cultura política democrática que aponta para uma validação das características identitárias do ambientalismo.

Ao reconhecer que os seres humanos são parte de um planeta finito, o ambientalismo ganha relevo em discussões universalistas que se apresentam: ora por narrativas de “gestão global”, ora de “desenvolvimento redistributivo”.

“Gestão global”, que vê as questões ambientais em termos tecnocráticos e cujas respostas podem ser dadas através da política nacional ou extranacional ou através de organizações não-governamentais (ONGs), que agem como grupos de informação e pressão neste processo; e um paradigma de “desenvolvimento redistributivo”, que coloca uma ênfase na iniquidade entre as nações mais ricas



e as mais pobres como problema central. Os ativistas ambientais das nações desenvolvidas tendem a abraçar a primeira enquanto aqueles dos países mais pobres tendem a ver as questões através das lentes da última. As questões ambientais são vistas e transmitidas de maneira diferente em diferentes partes do globo. (BURNS; LEMOYNE, 2007, p. 71)

A abordagem cultural da história política indica que os sujeitos atuam movidos por variadas influências - para além do interesse racional. Entretanto, sabe-se dos perigos do reducionismo culturalista; expresso por meio do relativismo radical que não se preocupa em distinguir representações mais próximas da realidade. A cultura política ambientalista adaptou-se às mudanças experimentadas no decorrer do processo histórico: algumas questões ficaram ultrapassadas e novos debates emergiram. Assim, a percepção do repertório da ação coletiva dos ambientalistas reitera, por meio da repetição ritual em eventos de mobilização, o sentido identitário.

Os movimentos ambientalistas mineiros, sob o signo do novo, consolidaram narrativas que remetem a uma cultura política ambientalista. Em diversos campos de estudo, compartilha-se a noção de que as narrativas configuram princípio organizador da ação humana (RICOEUR, 1994). A narrativa expressa a heterogeneidade dos mundos sociais e da experiência temporal. Pretende-se, assim, analisar o processo de construção e significação de narrativas canônicas, ou seja, narrativas-padrão ligadas a conceitos-chaves da nossa vida social e intelectual: “constituem pontos de referência inconscientes, sendo, portanto, decisivas em seus efeitos subliminares de identificação coletiva” (SALIBA, 2007, p. 88).

A pesquisa aponta representações sociais, ou seja, signos e saberes reconhecidos e compartilhados no corpo social, referentes às múltiplas concepções sobre natureza – capazes de estimular e estruturar o repertório da ação coletiva dos ambientalistas em Minas Gerais. As narrativas canônicas, segundo Bruner (1997), revelam significados e conceitos partilhados no domínio público: tais narrativas são negociadas na esfera pública para que se possa interpretá-las dentro de bases culturais reconhecíveis, pré-construídas:

Entre uma narrativa e um curso de acontecimentos, não há uma relação de reprodução, de reduplicação, de equivalência, mas sim uma relação metafórica: o leitor é dirigido para a espécie de figura que assimila (liken) os acontecimentos relacionados a uma forma narrativa que nossa cultura tornou familiar para nós. (RICOEUR, 1994, p. 258)



No mundo canônico da cultura as narrativas reiteram as normas sem serem didáticas. As narrativas canônicas fazem parte do cotidiano, da experiência humana. A valorização da experiência é fundamental para a construção narrativa: a experiência, então, é tratada como a prática discursiva, posto que o próprio sujeito se construa por meio da narrativa.

ANÁLISE DOS SITES OFICIAIS

A metodologia de análise adotada para viabilizar a realização da análise dos sites selecionados é a de análise de conteúdo. Segundo Bardin (2002) esse tipo de análise estrutura-se em três etapas: pré-análise (catalogação e leitura do material); análise do material (codificação e categorização da informação) e tratamento dos resultados (inferência e interpretação). Utilizam-se, aqui, os seguintes parâmetros: a) preparação: identificar as diferentes amostras de informação a serem analisadas e iniciar o processo de codificação dos materiais, b) unitarização: definir a unidade de análise ou “unidade de significado” a ser submetido posteriormente à classificação, c) categorização: agrupar os dados considerando a parte comum existente entre eles, d) descrição: apresentar as categorias construídas no trabalho e e) interpretação: compreensão aprofundada do conteúdo das mensagens por meio da inferência e interpretação.

A partir dos critérios apontados por León e Diaz (2002), busca-se os seguintes tópicos para observação dos sites: a) estrutura: mapa do site, b) objetivos da página (adequação e orientação para as necessidades dos usuários), c) questões relacionadas com a autoria, URL, publicidade e data de atualização, d) citações e estrutura hipertextual, e) ferramentas de busca e espaço para novidades e interatividade, f) acessibilidade: softwares na última versão, g) recuperação: diretórios e motores de busca, repertórios especializados, metadados e título em cada página, h) impacto: o espaço destinado para medir o uso do site; estatísticas, i) desenho; recursos gráficos, caixa de ferramentas; uso de critérios ergonômicos e navegabilidade e f) interação com o usuário.

CBCN: CENTRO BRASILEIRO PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Centro foi fundado em 1967; momento embrionário das discussões ecológicas no Brasil. O design do site do CBCN (www.cbcn.org.br) é atrativo; as cores são vibrantes



no tom de verde, amarelo e azul, indicando aspectos de brasilidade. A página inicial define o objetivo: organização de caráter ambientalista voltada para área de pesquisa tecnológica. Aparecem fotos de reciclagem, reflorestamento e outras que trazem e viabilizam ao usuário a sensação da necessidade de preservação de recursos sustentáveis como água, preservação da fauna e flora e continuidade de espécies. A identidade visual do site está coerente com a identidade visual da empresa que contribuiu para o fortalecimento do logotipo da ONG.

A CBNC atua principalmente nos campos de pesquisa e tecnologia. São áreas de atuação: Arborização e paisagismo em ambiente urbano e rural; Criação e manejo de unidades de conservação; Formação de viveiros e hortos; Manejos de bacias Hidrográficas; Recuperação de áreas degradadas e matas ciliares, dentre outros. Um dos principais cursos oferecidos é o de Marketing Ambiental, chamado na instituição de “Marketing Verde”, que reúne empresas, órgãos não governamentais, associações municipais e prefeituras.

É notável perceber que no site do CBCN, existe um caráter de pesquisa científica, e que sua principal fonte de alimentação das informações no site depende de parceiros, inovações tecnológicas e cursos disponibilizados pela mesma. Sobre o aspecto tecnológico-científico, a instituição criou uma revista: Natureza & Desenvolvimento voltado para a comunidade acadêmica. O desenvolvimento de revistas científicas, assim como a produção de artigos e boletins técnicos, abriu espaços para discussões e aprimoramento tanto para os estudiosos, quanto para o cidadão que têm o interesse em conhecer mais sobre o assunto engajar-se para melhorias do bem comum. A criação do site potencializou e corroborou na participação ao acesso à informação em vários momentos de tal tema, desde o seu início de forma simples e intuitiva para o usuário.

AMDA: ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE DEFESA DO AMBIENTE

A Associação tem sua página na internet (www.amda.org.br) como o principal meio de divulgação de trabalho e projetos. Além do site, possui perfil no Facebook, com mais de 4.500 “curtidas”, no Twitter, com 634 seguidores e no Youtube. Para o visitante e interessado nas ações da associação, não falta interatividade. Eles divulgam o endereço da sede, o telefone e também uma caixa de e-mail para o envio de mensagens.



Segundo o site, a história da Amda começou em 1978, quando um grupo de estudantes de ciência econômicas e biológicas da UFMG resolveu discutir o assunto e criou a associação. Para a própria entidade, sua missão é utilizar da influência em políticas públicas e privadas para a mobilização da sociedade. Ou seja, promover a sustentabilidade e a preservação ambiental. Ser vista como exemplo na proteção, preservação e recuperação da natureza e defender o bem comum, assim como o consumo consciente também estão entre seus objetivos.

A primeira impressão geral, assim como a clareza visual entre os elementos funcionais da interface e o conteúdo, é positiva. Na página inicial, as cores são fortes e contrastam o marrom e verde, e as fotos mudam constantemente.

Para a usabilidade de um site ser eficiente, a prioridade é o usuário; quando está satisfeito, faz menos cliques e tem acesso à informação desejada. O texto do site da Amda tem linguagem de fácil acesso e as cores das letras e seus contrastes influenciam, dando credibilidade à associação.

A Associação Mineira de Defesa do Ambiente disponibiliza um informativo virtual, publicado semanalmente, para o interessado nas ações da entidade. O link “Estante virtual” apresenta dicas ambientais. Na sessão “Espécie da vez” há vários textos, cada um sobre uma espécie ameaçada de extinção. O último deles, sobre a arara-azul, relata hábitos alimentares, características, assim como o projeto político para sua proteção.

Uma das lutas atuais da associação foi contra a expansão imobiliária desordenada no vetor sul de Belo Horizonte. A Amda alegou que os empreendimentos estavam levando grandes danos à natureza e lutou para que houvesse o licenciamento ambiental. A ação busca manter a integridade máxima dos remanescentes de Mata Atlântica no local. Através da sensibilização ambiental, também é possível ter resultados.

O jornal “Ambiente Hoje”, fundado pela associação em 1988, surgiu da constatação de que o papel da comunicação é fundamental. O informativo durou 23 anos acompanhando as principais questões da história ambiental em Minas Gerais e a história da própria Amda. Seu fim foi ocasionado pela chegada de novas mídias mais modernas e eficientes, como o site.



CAA-NM: CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS GERAIS

No site (www.caa.org.br) o movimento, sem fins lucrativos, relaciona sua fundação em 1989 com os conflitos provocados pelo processo desenvolvimentista que adentrou o Brasil e em consequência, o sertão norte mineiro, entre as décadas de 1960 e 1980: o início desse processo, de acordo com informações disponíveis no site em novembro de 2012, “desestruturou as economias locais, ecossistemas e uma diversidade de sistemas culturais de produção associados aos cerrados, caatingas, mata seca e vazantes do São Francisco”.

A organização possui uma dinâmica de ação ligada às especificidades do Norte de Minas. A entidade define como principal motivo de sua existência, a colaboração, auxílio e acompanhamento à luta dos extrativistas e agricultores dos sertões do norte mineiro, para obter renda a eles. Objetiva, também, “colaborar no desenvolvimento de propostas para uma sociedade justa, solidária e democrática, com enfoque no reposicionamento desses trabalhadores no ambiente econômico, social e cultural da região e em âmbito nacional”.

No endereço eletrônico da CAA-NM, que possui layout coerente com as cores da marca da organização, é apresentado ao internauta o contexto histórico que desencadeou seu nascimento, notícias a respeito de projetos realizados por eles entre outros assuntos relacionados à sustentabilidade, agroecologia e a multiplicidade de camponeses existentes no Norte de Minas. A página foi recém-estruturada, em fevereiro de 2013, mantém a unidade das cores, porém acrescenta conteúdos atualizados frequentemente, ressaltando as redes sociais do Centro e facilitando o acesso do usuário no portal.

A organização está presente no ambiente virtual e diversas frentes: possui um Blog, apesar de estar desatualizado, com produção de conteúdo apenas até o ano de 2010; nas redes sociais Facebook e Twitter, se mostrou presente e com informações atualizadas somente após reformulação do site, em 2013.

Em seu novo layout apresentado, três notícias são destaque na home do portal, com foto e resumo, mas também com opção para o usuário ler todo o conteúdo em uma página específica do site. Com diagramação padrão, a aba de notícias é atualizada, e concede



ao usuário um espaço para comentar o que foi apresentado, permitindo inclusive, que isso seja publicado no facebook.

A navegabilidade é comprometida tendo em vista os inúmeros links e abas que se encontram em construção ou que direcionam as páginas não existentes. Apesar da reformulação feita recentemente, o mesmo encontra-se privado de muitos conteúdos relevantes como as abas de newsletter, hotspots dos parceiros, entre outros.

O conteúdo do portal do CAA-NM centra-se em abordagens relativas ao contexto político e socioeconômico que envolve agricultores, extrativistas e outros trabalhadores dos sertões do norte mineiro. Com a reformulação feita no primeiro semestre de 2013 e a constante atualização no site, e em outras interfaces, a organização fixa suas mudanças societárias e políticas públicas em relação à esses trabalhadores, participando mais efetivamente dessa fundamental ferramenta de comunicação: a internet.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo feito entre as relações comunicacionais, a memória coletiva e a cultura política, nos permite identificar a relevância do processo de construção da história do movimento ambientalista na sociedade brasileira. As mobilizações construídas a partir de discussões acerca de conservação, redistribuição de recursos e outros assuntos ligados às questões sociais e ambientais, indicam aspectos de uma possível cultura política ambientalista.

A motivação para que os sujeitos façam parte do movimento, se deve à inúmeros fatores que se relacionam ao repertório cultural-político expresso na memória coletiva do ambientalismo brasileiro. As análises das narrativas dos movimentos ambientalistas elaboradas no presente artigo revelam conceitos que reforçam a ideia de construção de significados políticos e memória ambientalista.

Reconhecidos pela infinidade de propostas, integrantes e objetivos, os movimentos ambientalistas no Brasil ganharam significativa relevância na década de 1970, e foram fortalecidos com a Rio-92. Em Minas Gerais, três importantes frentes de mobilização, com início nesse período, representam aspectos típicos da cultura local, lutando por demandas importantes para seus contextos regionais. CBCN, AMDA e CAA-NM foram



analisadas em seus processos de comunicação no ambiente virtual, no intuito de verificar as semelhanças e divergências em suas narrativas. Considerando estrutura, objetivos e pontos a serem melhorados, os três movimentos apresentam alguns aspectos distintos, mas com finalidades regionais similares.

O primeiro movimento, CBCN, organização de caráter ambientalista, fixa suas ações na área de pesquisa tecnológica; a AMDA possui como compromisso a utilização de influência em políticas públicas e privadas para realizar a mobilização da sociedade e o último movimento analisado, CAA-NM, define sua razão de existência o auxílio, acompanhamento à luta e representatividade dos trabalhadores dos sertões do norte mineiro. A plataforma online desse último possui resolução similar a um blog, diferenciando-se assim de outros movimentos, como CBCN, com resolução e formatos horizontais, utilizando pouco espaço para publicação de conteúdo, e AMDA, com layout e formato preenchendo a tela inteira. As três frentes utilizam de fotos em destaque na página principal, para despertar o interesse do internauta, apresentar notícias do movimento, bem como introduzir o objetivo a que se destina.

A identidade visual dos três sites é coerente com a marca das respectivas organizações, o que contribui para a unidade de comunicação dos movimentos. Os elementos de navegação são itens fundamentais para a funcionalidade do site, e para tanto se é fundamental que as áreas específicas estejam com conteúdo e atualizado. Apenas no site do CAA-NM, a navegabilidade é comprometida, mesmo depois da reformulação do site. Preocupados com a mobilização regional dos trabalhadores e a divulgação do movimento, as frentes possuem atualização frequente no meio virtual, exibindo seu engajamento em assuntos ambientalistas, deixando a desejar somente o CBCN. Para reforçar a comunicação, apenas a AMDA e CAA-NM estão presentes nas redes sociais, atingindo maior abrangência de público.

Faz-se mister, após análise das narrativas, compreender não somente o contexto sócio-político no qual esses movimentos estão inseridos, mas também o desenvolvimento da construção de comunicação que têm feito desde sua formação. O trabalho desenvolvido pelas organizações citadas e a capacidade que possuem para gerar significados à respeito de suas histórias, necessita de continuidade e expansão, para propagar e fazer com que seus objetivos sejam alcançados.



REFERÊNCIAS

AGENDA 21 Brasileira. **Resultado da Consulta Nacional** / por Maria do Carmo de Lima Bezerra; Márcia Maria Facchina; Otto Ribas. Brasília DF: MMA / PNUD, 2002.

AGENDA 21 GLOBAL. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: CNUMAD, 1992.

BALANÇO ANUAL. **Superintendências Regionais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Suprams)** – Minas Gerais/2009.

BANCO MUNDIAL. **A Agenda Ambiental Marrom - Vol. I - Relatório de Política. Diretoria Sub-Regional - Brasil - Diretoria Setorial – Desenvolvimento Ambiental e Social Sustentáveis, Região da América Latina e Caribe**. Banco Mundial. Brasília DF. 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BRUNER, Jerome. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BURNS, Thomas; LEMOYNE, Terri. **Como os movimentos ambientalistas podem ser mais eficazes: priorizando temas ambientais no discurso político**. Revista Ambiente & Sociedade, vol.10, n.2, pp. 61-82, 2007.

CORDANI, Umberto; MARCOVITCH, Jacques; SALATI, Eneas (Orgs.) **Rio 92 – Cinco anos depois**. IEA/ CNPq./ Academia Brasileira de Ciências/Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo, 1997.

COSTA, Sérgio; ALONSO, Ângela; TOMIOKA, Sérgio. **Negociando riscos: expansão viária e conflitos ambientais no Brasil**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 55, p. 157-175, 2000.

CRESPO, Samyra. **O que o brasileiro pensa sobre meio ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: MMA/MAST/ISER, 1997.

DELÉAGE, Jean-Paul. **História da ecologia: uma ciência do homem e da natureza**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

ENTIDADES CADASTRADAS. **Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)** – Minas Gerais, 2009.

FARIA, Alexandre Agripa. **A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro: uma contribuição à crítica do movimento**. Florianópolis: Editora da UFSC, Editora da FURB, 2000.

_____. **Novos elementos teóricos para pensar as práticas ecológicas no Brasil**. Revista Xaman, Universidade de Heksinki, 2004.

ESTADO DO MUNDO. **Relatório do Worldwatch Institute – o avanço em direção a uma sociedade sustentável / Lester R. Brown..** Salvador. BA, 2001.

HALBAWCS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LEÓN, Alicia Garcia de, DIAZ, Adriana Garrido. **Los sítios web como estructuras de información: un primer abordaje en los critérios de calidad**. Biblios, Peru, n. 12, p. 1-16, abr./jun. 2002.



MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **História e Culturas Políticas**. Belo Horizonte: Editora Argumentum, 2009.

NASH, Roderick. **The Rights of Nature: a History of Environmental Ethics**. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1989.

NORA, Pierre. **Entre história e memória. A problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo: PUC, vol.10, n. 10, p. 7-28, dez/1993.

POLLACK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1994.

SALIBA, Elias Thomé. **As imagens canônicas e a história**. In: MORETTIN, E. SALIBA, E. T. (et.al). (Orgs.). **História e cinema: dimensões históricas do audiovisual**. São Paulo: Alameda, 2007.

VIOLA, Eduardo et al. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez/Florianópolis: UFSC, 1995.

VIOLA, Eduardo. **O movimento ecológico no Brasil: do ambientalismo à ecopolítica**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.1, n.3, p.5, 26. 1987.

VIOLA, Eduardo; LEIS, Hector. **A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multisetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável**. In: HOGAN, Daniel; VIEIRA, Paulo. (Orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 1992.

VIOLA, Eduardo; NICKEL, James. **Integrando a defesa dos direitos humanos e do meio ambiente**. Novos Estudos Cebrap nº40. São Paulo: Cebrap, 1994.

VIOLA, Eduardo; VIEIRA, Paulo. **Da preservação à natureza e de controle da poluição ao desenvolvimento sustentável: um desafio ideológico e organizacional ao movimento ambientalista no Brasil**. Revista de Administração Pública, 26, out/dez. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992.

VIOLA, Eduardo. **A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental**. In: FERREIRA, Leila; VIOLA, Eduardo (Orgs.). **Incertezas da sustentabilidade na globalização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental - desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.